

Nucleação de escolas rurais em Patos de Minas-MG (1989-1999): um processo consolidado

Suze Silva Sales

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins-TO. e-mail: suzesalles@yahoo.com.br

1. Introdução

A História do Brasil republicano, iniciada em 1889, trouxe consigo uma forte tradição rural herdada da época em que o país era colônia (1500-1822) e, posteriormente, império (1822-1889). No início do século XX, a base econômica estava voltada para a produção agrícola, principalmente nas grandes lavouras de café. Pode-se afirmar, pela análise da conjuntura da época, que a indústria nacional era quase inexistente, em comparação a outros países da Europa e da América, e o capital monetário brasileiro estava, em grande parte, nas mãos dos latifundiários e da pequena burguesia.

É nesse contexto que a história do país vai se configurando, sendo influenciada, de um lado, pelos interesses dominantes das classes supracitadas e, de outro, por iniciativas e ações de oposição a estes interesses. Vários fatores foram se somando ao enredo que foi sendo construído, beneficiando alguns segmentos em detrimento de outros.

A implantação e o desenvolvimento da indústria nacional, que se deu inicialmente nos centros urbanos, fez com que estes locais parecessem, à primeira vista, o destino para aqueles que ambicionavam melhores oportunidades de ascensão na “pirâmide social” do país. Milhões de moradores da área rural migraram para os centros urbanos no decorrer do século XX, fato que se tornou problemático desde então, uma vez que as áreas urbanas não comportavam, de forma adequadamente estruturada, o grande contingente de “chegantes”. A falta de planejamento e de ações rápidas e eficazes nas cidades originou bolsões de miséria e condições precárias de sobrevivência.

Com a balança populacional pendendo cada vez mais para as áreas urbanas, era necessário criar um conjunto de ações para conter o êxodo rural e, ao mesmo tempo, que transformasse o campo em *locus* estratégico, que exercesse com competência a função de produzir gêneros alimentícios para a cidade, matéria-prima para a indústria, além de contribuir com o excedente da produção para a exportação, o que garantiria divisas econômicas para o país.

Alcançar esse grau de desenvolvimento no meio rural foi o objetivo perseguido pelos gestores do Brasil durante todo o século XX e, para tanto, várias iniciativas foram implementadas, desde políticas econômicas a políticas educacionais. Essas últimas são o objeto de estudo, resultado de pesquisa¹ que buscou analisar algumas tentativas oficiais de intervenção na educação que foi e é oferecida para o cidadão rurícola, procurando levantar questões que perpassaram o âmbito educacional, relacionando-as às transformações sociais, econômicas e culturais surgidas no decorrer do século XX no campo, e em especial para o município de Patos de Minas-MG, no período de 1989 a 1999².

Partiu-se do pressuposto de que as populações rurais foram alvo de políticas públicas, originadas e estruturadas em gabinetes, que não propiciaram um espaço democrático de discussões e reflexões que envolvessem essa parcela significativa da sociedade. Mesmo ao tentar implementar alterações inovadoras, o modelo de gestão adotado foi o tradicional, reforçando a tendência verticalizadora das decisões oficiais.

2. *Percurso metodológico da pesquisa*

A Educação Rural³, no município de Patos de Minas durante os anos de 1989 a 1998, sofreu uma série de reestruturações. Ao analisar as iniciativas propostas para essa modalidade educacional, notou-se que as mudanças se ligaram, na maioria das vezes, aos períodos que compreenderam cada gestão municipal. Entretanto, a nucleação foi a prática recorrente nessas gestões.

O conceito de “nucleação”, com o desenrolar da pesquisa, foi se configurando como o agrupamento de várias escolas, antes isoladas (em que prevalecia a estrutura de salas multisséries, ou seja, duas, três ou mais séries sob a responsabilidade de um único professor e, geralmente, no mesmo espaço/sala), em uma central, a fim de fornecer subsídios para a concretização de uma educação tida como eficiente, com estruturas

¹ Pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2005 e 2007 junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-FAPEMIG.

² Embora a dissertação da qual originou este artigo tratou de um período mais amplo (até 2002), o enfoque na análise da nucleação das escolas rurais remeteu ao período de 1989 a 1999, o que justifica o recorte temporal deste texto.

³ Neste artigo, utilizou-se a expressão *Escola Rural* tanto por se tratar de uma pesquisa histórica, cujo foco foi o período de 1989 a 1999, como pelas características que pressupõe tal nomenclatura (educação destinada para filhos de trabalhadores e trabalhadores rurais, associada à relação de latifúndios-minifúndios, segundo a lógica do capital agrário com estruturas físicas e humanas inadequadas, ideologia urbanesca – tanto no que se referia aos materiais pedagógicos quanto à formação de professores). Por estes motivos, não se utilizou o termo *Educação do Campo* e seus desdobramentos (que se difundiu e se fortaleceu ao final dos anos de 1990 em contrapartida ao termo *Educação Rural* e o que ele envolve). Para aprofundamento na análise do termo “Educação Rural”, conferir verbete de Marlene Ribeiro em: ALENTEJANO et al., 2012, p. 293-299.

físicas e humanas e organização administrativa e pedagógica idealizadas como adequadas.

Nesse sentido, esta pesquisa, desenvolvida na linha de História e Historiografia da Educação, focando um período específico de tempo (1989-1998) e do Estado da Arte em Educação Rural, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, junto à Universidade Federal de Uberlândia, de 2005 a 2007, partiu do seguinte questionamento: “*como o processo de nucleação das escolas rurais foi iniciado, desenvolvido e consolidado nas comunidades rurais no município de Patos de Minas*”?

Para compreender o fenômeno supracitado, nucleação de escolas rurais, foi necessário investigar a configuração *pari passu* do processo, a saber, as ações implantadas pelo poder público municipal e a forma como ocorreu a participação dos sujeitos envolvidos⁴ (idealização do processo, articulação com a comunidade e seus segmentos – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Centros de Desenvolvimento Comunitário, professores, escolha dos locais que receberam as escolas já nucleadas e consolidação do processo com seus resultados). Outro fato bastante significativo e relevante foi a extrema redução das instituições escolares no meio rural. Através de decisões unilaterais – como se verá logo à frente – cerca de 90% das escolas alocadas no contexto rural foram fechadas.

Em busca do entendimento desse processo, que acometeu tantas escolas e comunidades rurais em Patos de Minas, necessitou-se resgatar o histórico, ou seja, a teia de acontecimentos que envolveram a nucleação, tentando, da maneira mais isenta possível (mesmo que a imparcialidade total seja um desafio ao historiador), apresentar e traçar a análise dos fatos. Para se chegar a este objetivo, lançou-se mão, principalmente, dos pressupostos da História Oral, pois concordou-se que

a força da história oral [...] é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os "derrotados". Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história (JOUTARD, p. 33).

A escolha do método da História Oral se justificou pela importância de dar voz aos que outrora não a tiveram (THOMPSON, 1992), neste caso, pais de alunos, presidente de conselho comunitário, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e professores de algumas comunidades que tiveram escolas fechadas. Além destes, também foram ouvidos os testemunhos dos sujeitos representantes do poder municipal no período do estudo da pesquisa. Ouvir “os dois lados da história” foi fundamentalmente importante na pesquisa, pois possibilitou o confronto das opiniões, dos pensamentos, dos

⁴ Todos os depoimentos contidos neste artigo foram devidamente autorizados pelos cedentes envolvidos no processo de nucleação das escolas rurais de Patos de Minas. Todas as autorizações constam dos anexos da Dissertação, cuja versão *on line* pode ser acessada em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1051/1/EducacaoRuralBrasileira.pdf>.

sentimentos envolvidos, ou seja, na perspectiva de imprimir veracidade aos fatos analisados. Dessa forma, entendeu-se que a História Oral se caracteriza como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Para a análise histórica da implantação e consolidação do modelo de nucleação das escolas rurais de Patos de Minas, buscaram-se os Planos de gestão educacional do período, algumas publicações da Secretaria Municipal de Educação, e os atores sociais que participaram desses processos, os quais tiveram seus depoimentos colhidos e analisados a partir dos pressupostos da História Oral (THOMPSON, 1992).

O texto objetiva historiar os aspectos dicotômicos que parecem povoar a Educação Rural, aspectos estes que se materializaram em tentativas “inovadoras” de potencializar uma ação pedagógica mais eficaz para o atendimento da população rural, mas, contraditoriamente, são implantados de forma conservadora, em uma via de mão única, partindo do governo municipal em direção às comunidades rurais.

A escolha dos entrevistados foi precedida pela investigação de quem foram os atores envolvidos no processo de nucleação. Neste sentido, concordando com a visão de Thompson (1992, p. 254) em relação à pesquisa em História Oral, “o ponto de partida é a preparação de informações básicas, por meio de leitura ou de outras maneiras”. Assim, procuraram-se nos documentos oficiais, como Boletins Informativos da Prefeitura Municipal de Patos de Minas (1996), Ofícios da Secretaria Municipal de Educação (1996), Plano Municipal de Educação (1993-1996 e 1997-2000), obras sobre a educação do período investigado (SCHER, 1996) e em informações verbais os sujeitos que poderiam contribuir com o resgate das informações que cercaram o advento, implantação e consolidação das escolas nucleadas.

As entrevistas ocorreram de maneira tranquila e consensual, nas datas e locais citados nos relatos apresentados ao longo do texto, com a utilização de gravador e fitas K7, sempre com a preocupação de “deixar” as informações fluírem junto aos entrevistados, uma vez que se acreditou que “há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e flexibilização em relação a eles; e, acima de tudo, disposição de ficar calado e escutar” (THOMPSON, 1992, p.254).

Após as entrevistas, o material levantado (impressões, avaliação, dados e informações gravadas nas fitas K7) foi catalogado em fichas, datado e transcrito de maneira integral e respeitando a fala dos entrevistados. Esta etapa de transcrição demandou tempo significativo, o que já era esperado, já que havia a ciência de que tal tarefa se configurava como laboriosa, pois

a transcrição é, sem dúvida alguma, tarefa que consome muito tempo e que exige alta

qualificação. Para cada hora de fita gravada, a transcrição leva pelo menos seis horas e, no caso de gravações com fala muito difícil ou com dialeto, mais do dobro (THOMPSON, 1992, p. 291).

O material foi organizado como uma coletânea de narrativas e analisado de maneira global, ou seja, tentando relacionar as diversas informações, dados, sentimentos, impressões pessoais de cada entrevistado para composição de um texto coerente e com análises condizentes com a fala dos diversos sujeitos. Procurou-se estruturar o texto de forma que os fragmentos utilizados das entrevistas fossem selecionados e utilizados de maneira articulada e que possibilitasse a extração, da melhor forma possível, do que as entrevistas revelaram.

Acredita-se que, a partir de todo trabalho realizado, houve a possibilidade de construir uma visão do que foi e do que significou o processo de nucleação das escolas rurais para os alunos e seus pais, para as comunidades rurais como um todo, para os professores e para os gestores municipais que implementaram o processo. Dessa forma, segue-se o texto com esta finalidade: a de proporcionar o conhecimento da tessitura dos fatos que se desenrolaram no período que perpassou a introdução, implementação e concretização da nucleação das escolas rurais do município de Patos de Minas.

3. O processo de nucleação das escolas rurais de Patos de Minas

O Município de Patos de Minas se situa na região sudeste do país, no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Sua área territorial total é de 3.336 quilômetros quadrados. Em relação aos aspectos econômicos, Patos de Minas é um município de base agropecuária, sendo centro de comercialização da produção regional para outros mercados de consumo. Segundo Leite,

no setor rural, a modernização se encontra nas grandes propriedades e está em fase de expansão, ao passo que o pequeno e médio produtor sofre as conseqüências de uma desaceleração produtiva, em virtude de ausência de incentivos, não acesso a créditos e novas tecnologias, ausência de uma política agrícola regional/municipal, gerando o abandono da propriedade, em busca, na cidade, pelas melhores condições de sobrevivência familiar (LEITE, 2001, p. 4).

Nota-se, nessa afirmação, o reflexo da economia nacional, ou seja, o desenvolvimento sendo usufruído por poucos, os detentores dos meios de produção, que se viram em condições de aplicar investimentos na melhoria tecnológica das lavouras. Em contrapartida, o autor pondera que 95% das propriedades rurais do município nos anos de 1990 eram pequenas ou médias, ocupando até 100 hectares.

No período decorrido entre 1989 e 1992, é iniciado o processo de nucleação das escolas rurais. De 1993 a 1996, esse processo continuou de forma mais lenta e foram

iniciados dois projetos destinados para a educação rural: Projeto “Classes Multisseriadas” e Projeto “Classes Seriadas”, que buscavam, em ambos os casos, um trabalho pedagógico voltado para a cultura imediata dos alunos rurais e davam ênfase elevada ao meio em que estavam inseridos.

O princípio de supervalorizar a vida e o trabalho no campo já foi uma tendência quando se trata de educação rural, conhecido historicamente como “ruralismo pedagógico”. De acordo com Fonseca, (1985, p. 55),

pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do “ruralismo pedagógico”. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo escolanovista reforçava essa posição “da escola colada à realidade”, baseada no princípio de “adequação” e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isso porque a “fixação do homem ao campo”, a “exaltação da natureza agrária do brasileiro” faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial, também ameaçado pelo inchaço das cidades e pela impossibilidade de absorver a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas.

O movimento descrito acima, segundo a autora, envolveu políticos e educadores em sua época (primeiras décadas do século XX). Entretanto, não foi uma tomada de consciência do problema enfrentado pela população rural, mas, sim, uma visão político-ideológica, objetivando, acima de tudo, a manutenção do *status quo* vigente. O interesse era que o rurícola continuasse no seu meio, produzindo os bens necessários à indústria e ao suprimento da vida nas cidades.

A escola no meio rural, como se pode constatar pelo estudo da História da Educação do Brasil⁵, não foi alvo de políticas efetivas e consistentes por parte dos governos, tanto federais, como estaduais ou locais. Assim, a maioria das escolas, construídas próximas às fazendas e povoados, era o “que se convencionou chamar em nosso país de Escolas Isoladas Rurais, em que predominam as classes multisseriadas, tendo uma única professora para ministrar aulas, concomitantemente, para duas, três e até quatro séries diferentes” (FLORES, 2000, p. 23).

O município de Patos de Minas não fugiu a essa realidade. As escolas isoladas eram, na maioria das vezes, compostas de apenas uma ou duas salas e contavam com um número reduzido de alunos e, conseqüentemente, de professores. Essa situação acarretava várias dificuldades ao ensino rural, como a falta de espaço, recursos materiais e humanos. Em 1989, a rede municipal de educação no meio rural era composta de 80 escolas isoladas e, em sua maioria, multisseriadas nas variadas comunidades, fazendas e vilas do município.

As escolas nucleadas se caracterizavam, então, por agrupar várias escolas isoladas em uma central, a fim de fornecer subsídios considerados adequados para a concretização de uma educação tida como eficiente, também cumprindo com seu papel

⁵ Cf. AZEVEDO, 1953 (em especial o capítulo “O problema da Educação Rural”).

social. Esse modelo de nucleação escolar surgiu nos Estados Unidos e foi implantado no Brasil a partir de 1976, no Paraná, quando o país recebia a interferência de organismos norte-americanos como a USAID⁶. Logo após a implantação do modelo no Paraná, este se disseminou por Minas Gerais em 1983, Goiás em 1988 e São Paulo em 1989. Pode-se, então, inferir que, pelo alastramento da nucleação, esta foi uma forma de minimizar os problemas estruturais pelos quais passavam as escolas rurais.

O processo de nucleação no município de Patos de Minas não foi implantado de forma tranquila. De acordo com informações coletadas e apresentadas no relato a seguir, a ideia de se nuclear as escolas rurais do município teve sua origem em uma reunião de dirigentes municipais de educação denominada UNDIME (União de Dirigentes Municipais de Educação), em 1989, quando as então supervisoras da Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas, Márcia Helena Amâncio, Maria Madalena do Vale Gonzaga e Marli de Fátima Souza tiveram contato com a proposta de agrupar as escolas, antes isoladas, em núcleos educacionais.

Eu lembro que foi no governo do Antônio do Valle, no final de 1989. Por problemas políticos internos, a Secretária de Educação foi demitida e, na supervisão, fazíamos parte três supervisoras: a Madalena, que era chefe de divisão, e Marli e eu que coordenávamos. Nessa época, tinha surgido a UNDIME, naquele movimento de democratização do ensino, de fortalecimento dos municípios para sustentarem o ensino fundamental. Teve a reunião da UNDIME em Uberaba. Sem secretária, a Madalena foi para a reunião como chefe de divisão, substituindo a secretária, junto comigo, fui com ela na reunião. [...] Daí conhecemos o modelo de formação de professores e junto, um dos temas que mais se destacou lá foi a proposta da Prefeitura Municipal de Uberlândia. O Afrânio⁷ era o Secretário Municipal de Educação, e ele apresentou, nessa reunião, a proposta de nucleação que eles estavam operacionalizando em Uberlândia naquela época. E sabendo já da demanda que nós tínhamos, porque na época nós tínhamos muitas escolas multisseriadas e com quatro séries e um professor, poucas escolas com muitos alunos e uma professora por série e um número menor de escolas que tínhamos dois professores para uma série, nós percebemos que estava aumentando o número de salas com uma professora e quatro séries, tinha salas com sete alunos e uma professora. Nós voltamos de Uberlândia deslumbrados com a ideia, até porque vimos lá o que o Afrânio mostrou. Qualquer pessoa que vai fazer propaganda do seu projeto só mostra o bom. Ele mostrou lá o lado bom da coisa e a gente via umas fotos muito bonitas, os núcleos prontos, os ônibus lá, o pomar. A gente voltou só comentando aquilo, idealizando⁸.

As representantes da Secretaria trouxeram a ideia da nucleação, que foi recebi-

⁶ A USAID (United States Agency for International Development) foi uma agência do governo americano que tinha como objetivo auxiliar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, através de subsídios financeiros.

⁷ Afrânio de Freitas Azevedo, então Secretário Municipal de Educação de Uberlândia.

⁸ Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

da pelo prefeito municipal da época, Antônio do Valle Ramos, com entusiasmo. A partir daí, foram discutidas estratégias de implantação do processo, quando se chegou à conclusão de que o melhor caminho seria convocar os dirigentes dos Centros de Desenvolvimento Comunitários (CDCs)⁹ locais e, em reuniões, apresentar-lhes o projeto. Posteriormente, a “proposta” seria levada a toda comunidade.

Algumas comunidades não aceitaram a desativação das escolas isoladas e o fato de terem seus filhos transportados para outras localidades. Um ex-presidente de CDC, Ronaldo Alves de Araújo, relata como acontecia o comunicado por parte do poder municipal.

A proposta já veio pronta da SEMEC com a ideia de melhoria para os alunos. Na reunião, os pais até achavam que era melhor os alunos ficarem, mas a proposta da SEMEC era para agrupar os alunos para uma melhor escola, uma adaptação entre séries, que não gastava ficar dando aula para as turmas juntas. [...] A comunidade queria que a nucleação fosse aqui, mas como era pra centralizar, por causa da distância, foi centralizada em Curraleiro e Alagoas [...]. Através de um estudo, foram consultados os conselhos das comunidades e no povoado de Alagoas, como havia mais possibilidade da escola funcionar mais tempo, para que não fundasse uma escola aqui que logo acabaria, foi decidido pelo local onde havia mais pessoas, mais acesso de transporte para os professores e alunos¹⁰.

A iniciativa de se nuclear as escolas rurais foi um marco inovador para essa modalidade educacional. Entretanto, pela análise das narrativas, a forma como a nucleação foi operacionalizada trouxe marcas do conservadorismo que perpetuou, e ainda perpetua, os interesses políticos em detrimento da promoção de ações participativas e democráticas no espaço rural.

A fala de Ronaldo Alves Araújo evidenciou essa situação ao focar quatro aspectos que perpassaram todo o processo de nucleação das escolas rurais do município de Patos de Minas: 1º) “*A proposta já veio pronta da SEMEC*”, que diz respeito à participação da comunidade escolar no processo; 2º) “[...] *os pais até achavam que era melhor os alunos ficarem*”, o que remeteu à representatividade que a escola tinha para a comunidade; 3º) “*A comunidade queria que a escola fosse aqui, mas como era para centralizar [...]*”, ou seja, quais critérios foram utilizados para se decidir aonde seriam construídos os núcleos; e 4º) “[...] *mais acesso de transporte para os professores e alunos*”, tendo em vista as grandes distâncias que seriam percorridas a partir da nucleação.

⁹ Esses centros são associações em que os moradores das comunidades rurais se organizam para conseguir representação sistematizada frente ao poder público e a segmentos da sociedade civil, como a Igreja e, assim, participar de programas assistencialistas de liberação de recursos e apresentar as reivindicações e anseios das comunidades.

¹⁰ Entrevista cedida por Ronaldo Alves de Araújo, presidente do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Mata do Brejo, no período de 1992-2000, em 10/06/2004, em sua residência, na comunidade de Mata do Brejo.

O primeiro aspecto deixou claro que a visão da comunidade foi de que a “proposta” já vinha pronta da SEMEC. Como a supervisora Márcia Helena Amâncio relatou, existiam escolas com uma professora e quatro séries dividindo o mesmo espaço, além de que, do ponto de vista estrutural, algumas escolas não contavam sequer com sistema de água e esgoto instalados, e os recursos humanos também eram escassos. Muitas delas não dispunham de funcionários administrativos para realizar atividades básicas, como a limpeza e preparo do lanche dos alunos. Era necessário fazer algo para melhorar essa situação.

A nucleação se mostrou um recurso “salvador” às gestões municipais que passaram o período, do início à finalização do processo de nucleação, pois se reafirma: na ótica custo-benefício era mais viável operacionalizar nove escolas nucleadas do que cerca de oitenta escolas multisseriadas. Outro fato marcante narrado por Márcia Helena Amâncio foi o aumento do número de escolas com uma professora para quatro séries. Da parte da SEMEC, não era de se estranhar esse fato, já que a educação ministrada em condições tão precárias, somando-se à falta de perspectiva de melhores condições de vida e produção, impossibilitava o trabalhador rural de continuar em seu meio com sua família.

A decisão de se nuclear as escolas rurais partiu da SEMEC e foi levada às comunidades através dos presidentes dos CDCs.

No início, as primeiras reuniões, nós marcávamos com os líderes comunitários. Chamávamos e agendávamos na SEMEC e pedíamos que avisassem os outros pais, colocávamos também o aviso no rádio. Chegávamos lá e o povo estava esperando. Mas a questão da combina do dia e do horário das primeiras nucleações ficava a cargo dos líderes das comunidades. Então, quando chegávamos estavam todos lá, os contra e os a favor, mas estavam todos para argumentarem. Tentávamos colocar pra eles a nossa visão pedagógica. Eu e a Madalena pensávamos assim [...] ¹¹

Ao se falar de comunidade escolar, a visão que se defende neste trabalho, construída ao longo da e pela própria pesquisa, é a de um grupo de pessoas que se articulam, de alguma forma, com a escola, compreendendo desde a Secretaria Municipal de Educação até os pais, alunos, professores, funcionários e outros sujeitos coletivos, como sindicatos e movimentos sociais populares. Como se percebe, somente o primeiro e o segundo segmentos fizeram parte das reuniões.

De acordo com o subprojeto – Nucleação Escolar, contido no Plano Municipal de Educação do período de 1993 a 1996, a SEMEC apostava no processo de nucleação como uma das formas de resolver os problemas pelos quais passavam as escolas do campo. Não foi objetivo da SEMEC conduzir uma discussão mais aprofundada entre toda a comunidade escolar.

¹¹ Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

Pode-se concluir, pelas informações anteriores, que se tratou, naquele momento, de uma estratégia de desarticulação da população e dos professores rurais, que foram alienados de todo aquele processo. Apenas figuraram como coadjuvantes de uma empreitada que revolucionou a Educação sob a responsabilidade do poder municipal, mais especificamente a rural, uma vez que transformou totalmente a organização espacial das escolas dentro dos limites do município, alterou significativamente a lotação dos professores (alguns residentes no campo foram deslocados entre as comunidades e fazendas da região, outros foram deslocados para a sede municipal) e estabeleceu definitivamente a necessidade do deslocamento sistemático de alunos e professores, instituindo uma malha considerável de linhas e rotas e, obrigatoriamente, o aumento do número de veículos, em sua maioria, contratados de forma terceirizada, ampliando, ainda, o distanciamento entre a instituição escolar e as famílias dos alunos.

A supervisora Márcia Helena Amâncio admitiu que não houve a condução de discussões que possibilitassem um aprofundamento teórico e um contato entre os docentes e a realidade de uma escola nucleada. Esse aspecto foi considerado pela supervisora como negativo.

[...] se eu tivesse a vivência que eu tenho hoje, eu teria negado fazer o que eu fiz. Eu teria me negado a estar operacionalizando isso, coordenado isso, sem antes estar discutindo com os professores que estão lá, principalmente com os professores. Porque mesmo que você busque parceiros ali, como o CDC, a visão de escola eles não têm. [...] se, de repente, eu tivesse discutido com os professores, a gente não teria enfrentado o problema das relações interpessoais, eles teriam nos sinalizado alguma coisa que a gente teria percebido diferente [...] Isso foi tudo muito novo para a gente, quando é que a gente vai pensar que juntando essas professoras ia virar uma guerra, coisas que a gente não imaginava, e, é lógico, que não podia imaginar também. [...] Então a visão que eu tenho é essa. A gente não pode vislumbrar da política educacional que vai ser operacionalizada no interior da escola sem a participação dos principais atores desse processo.¹²

Vê-se que a ausência de socialização e alienação entre os professores acarretou outros dificultadores no processo de nucleação, como o relacionamento interpessoal. Na escola multisseriada havia, em média, de 1 a 3 professores. Quando se implantou a nucleação, esses professores se viram impelidos a conviver com um número maior de profissionais. Dentre esse grupo, era escolhido o coordenador da escola-polo. Essa escolha causava constrangimento entre os docentes, pois os critérios, de acordo com a entrevistada, giravam em torno de favorecimentos políticos, ficando o cargo, em geral, com pessoas que tinham certo parentesco ou influência política na região. Esse conflito de interesses, segundo Márcia Helena Amâncio, foi um dos aspectos que marcaram o início da nucleação.

¹² Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

Em relação à participação dos demais membros da comunidade escolar, o processo não foi diferente. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patos de Minas em 2006, que atuou neste segmento desde 1987, corroborou as versões dos professores e afirmou que, como representante de 5 mil trabalhadores rurais associados, o sindicato não foi chamado para nenhuma reunião.

O sindicato não foi chamado. A ideia do sindicato era contra e muito contra. Os próprios trabalhadores, em algumas reuniões que eles foram, foram muito contra, embora foi jogado em cima. Na minha opinião, não discuti isso a fundo. Quer dizer, porque tivemos muito prejuízo. Tem alguns filhos que dizem que vão pra escola e não vão, vão para o videogame. Conhecem a tal da droga, não falo que na roça não tenha, mas difícil. Por que acontece o êxodo rural? É aí, começa daí. A ilusão da cidade é aí. Não fomos convidados, não houve uma discussão, a nucleação veio “goela abaixo”, tivemos que aceitar. E agente vê escolas lá na roça fechada, destruída. Dói. Se o professor estivesse lá era melhor, a visão é outra. Tem que levar a modernidade pra lá, não trazer as crianças pra cá.¹³

A fala de Alícia Cardoso demonstrou a insatisfação dos pais ao terem os filhos transportados tanto para os núcleos rurais, como para os urbanos, uma vez que algumas “escolinhas” foram nucleadas no distrito Sede de Patos de Minas. Para os pais, “ajeitar” um meio de vir com os filhos para a cidade parece ser mais cômodo do que deixá-los sozinhos. Ao ser questionada sobre a reação contrária dos pais e do sindicato em relação ao projeto, Alícia Cardoso afirma que nenhuma reação foi organizada, pelo fato de que a notícia, a seu ver, não foi bem divulgada com antecedência e pela forma como essa proposta era conduzida.

Eu acho que não foi muito divulgado. Quando acontecia, eram pequenas discussões em comunidades. Mas quem levou a discussão estava apoiando a nucleação, está entendendo? Então acho que houve um erro aí, nesse sentido. Teria que levar uma pessoa neutra. Eu diria que o povo rural não é analfabeto, eles são inteligentes, eles sabem bem o que é bom e o que é ruim para eles. Não houve preparação, veio e pronto. Houve alguma discussão no município? Houve. Mas a discussão já foi mais ou menos manipulada, alguém que já estava defendendo a nucleação. Acho que em Patos faltou uma certa comunicação.¹⁴

O Plano Municipal de Educação de 1993/1996 traz relatos negativos em relação ao processo. Nos relatos apontados no plano, registrados durante as reuniões nas comunidades, não há identificação dos sujeitos. Entre as pessoas que eram contra a nucleação registraram-se os seguintes argumentos:

¹³ Entrevista cedida por Alícia Alves Cardoso, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Patos de Minas, na sede do sindicato rural em 26/10/2006.

¹⁴ Entrevista cedida por Alícia Alves Cardoso, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Patos de Minas, na sede do sindicato rural em 26/10/2006.

“Vocês querem que a gente participe, mas estão levando a Escola para longe...”.

“Esta Escola eu ajudei a construir... Carreguei água na carroça...”.

“O meu pai estudou aqui... A minha avó também... Eu estudei aqui...”.

“Se tirarem a Escola o meu filho não vai mais estudar...”.

“A Escola representa a Prefeitura em nossa comunidade, se fecharem não teremos mais notícias da cidade. Vão esquecer a estrada, não virá o dentista...”.

“Sem a Escola, a comunidade acaba...”.

Vê-se que a escola era entendida como “carro-chefe” da comunidade, estando ligada a ela por laços culturais, sociais e políticos. A retirada da comunidade do espaço que proporcionou educação formal a várias gerações causou indignação em muitas famílias. No entanto, esses argumentos não foram considerados frente aos fatores positivos que as representantes da SEMEC consideraram haver em uma escola nucleada, visão adquirida a partir do contato com a experiência de Uberlândia.

Após as primeiras nucleações, no início dos anos de 1990, o processo foi se ampliando. Outro aspecto que chama atenção nesse processo foi a forma como se buscou “centralizar” os núcleos escolares. O ex-presidente de CDC, Ronaldo Alves Araújo, lembra que a comunidade a que pertencia queria que a escola nucleada fosse naquele local. Entretanto, como afirma a supervisora Márcia Helena Amâncio, a SEMEC procurava instalá-los nas comunidades que já apresentavam uma infraestrutura maior, já que muitas contavam apenas com uma sala de aula, mas admite também que interesses políticos de alguns moradores influentes exerceu interferência em algumas escolhas, como a nucleação da Escola Inconfidência, na comunidade de Cabral, que posteriormente teve suas atividades encerradas devido ao baixo número de alunos. O professor Clever de Arvelos relata o seguinte:

Outra coisa que eu sou contra a nucleação, a princípio, é a questão que as nucleações foram feitas, foram locadas, foram colocadas em algumas comunidades por critérios políticos e não por critérios técnicos. Eu acho que essa escola aqui de Alagoas foi a melhor posicionada, as demais foram todas feitas em locais errados, totalmente em locais inadequados. Eu trabalhei, por exemplo, na Gino André, em Posses, uma escola ótima, um lugar muito bom, mas mal colocada. Ela está muito próxima a Areado, muito próximo a Pindaibas, enquanto eles poderiam ter feito ela, ter aproveitado um pouco a construção de Café Patense, de Colônia Agrícola, que eram escolas do Estado. Podia ter aproveitado, teria ficado mais longe das outras duas e tinha ficado bem localizado próximo às rodovias, então, todas têm essa questão de má colocação, depois surgem problemas que não tem como solucionar.¹⁵

¹⁵ Entrevista cedida por Clever de Arvelos, professor da rede municipal de Patos de Minas, nas dependências da Escola Municipal Abdias Caldeira Brant, no povoado de Alagoas. Arvelos trabalhava na E. M. Manoel Basílio, na comunidade de Moreiras em 1998, ano da nucleação, em 01/11/2006.

A partir do problema estrutural da localização dos núcleos, surgiu outro complicador, em decorrência deste: a questão do transporte escolar. O professor Clever de Arvelos, em sua fala, observa que a má posição das escolas, em sua avaliação, dificultou o acesso às mesmas. Por serem próximas, algumas escolas utilizavam o mesmo transporte, o que tornava a situação caótica. Se duas escolas estão na mesma rota e utilizam o mesmo transporte, atendendo quase as mesmas comunidades, parecia mais objetivo, na ótica da nucleação, que fossem fundidas. Essas questões foram entendidas pelos entrevistados como frutos das relações políticas predominantes no município. Relações estas que procuraram beneficiar uma comunidade com um núcleo em detrimento de outra por critérios subjetivos, e não pela objetividade geográfica, que poderia ter sido utilizada a partir de estudos das áreas a serem nucleadas.

A supervisora Márcia Helena Amâncio afirma que tinha consciência de onde era situada cada escola rural, entretanto, não tinha idéia da distância da residência dos alunos até as escolas.

Eu sabia direitinho onde cada escola ficava, mas eu sabia onde estavam localizadas, onde o menino morava em relação a essa escola eu não sabia. Aonde seria o ponto desse aluno pegar o ônibus e chegar ao núcleo eu não tinha noção disso. Depois da idéia da nucleação nós fomos entrar no ônibus e fazer esse percurso, aí começamos a assustar. Depois da nucleação tivemos que lidar com outros problemas do transporte escolar, que é um grande problema que a nucleação tem também. Alguns alunos tinham que andar, outros que eram afilhados de donos de terras que tinham algum contato na prefeitura, queriam que fossem buscados e entregados na porta de casa, e alguns conseguiam politicamente, enquanto outros tinham que andar até mais de cinco quilômetros.¹⁶

Novamente, na fala da supervisora, percebem-se os traços do conservadorismo político predominante no Brasil, que privilegia os já privilegiados e exclui ainda mais os que não têm a quem recorrer. Um projeto que, inicialmente, veio ao encontro da necessidade de se criar condições mais adequadas à estrutura física e humana da escola rural, perdeu parte de sua perspectiva ao ser influenciado por ações políticas que, em sua maioria, foram direcionadas em prol de benefícios pontuais, deixando de lado a busca do bem comum.

O que restou das escolas isoladas foi abandonado ou serviu de moradias às famílias sem habitação, o que contradiz a ideia inicial da SEMEC, contida no subprojeto "Classes Multisseriadas":

As instalações onde funcionavam as classes multisseriadas ganharão novas e importantes finalidades, cedendo seu espaço para reuniões de comunidades, cursos profissio-

¹⁶ Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

nais, recreações e de eventos sociais, podendo, inclusive, sediar as cooperativas agrícolas (SEMEC, 1998, s. p).

As escolas isoladas foram desativadas. Ao contrário do que foi planejado, exposto no fragmento do texto supracitado, transcrito do subprojeto “Classes Multisseriadas”, nenhuma das possibilidades, se concretizou. Algumas escolas passaram a servir de moradia para famílias desabrigadas e outras foram totalmente desativadas pela Prefeitura Municipal, que, em alguns casos, partiu para o desmonte total das instalações físicas do que antes eram as escolas isoladas.

4. Considerações finais

A nucleação em Patos de Minas demonstrou que a forma de operacionalização desse processo foi idealizada, discutida e implantada pelos gestores do governo municipal que, ao entrarem em contato com o modelo da escola nucleada, apresentaram-no como a solução dos problemas das escolas isoladas. Nesse processo, a comunidade escolar foi secundarizada, fato este que gerou uma série de transtornos para a própria administração: dificuldade de relacionamento entre os professores, núcleos mal posicionados, gerando, inclusive, o fechamento de um deles após sete anos de funcionamento, deficiência no transporte escolar, privilégios políticos, dentre outros.

A intenção primeira de se agrupar as escolas rurais dando-lhes melhores condições físicas e humanas perdeu sua credibilidade quando se privilegiaram interesses de uns em detrimento de outros. O discurso do acesso, permanência e qualidade no ensino rural, ficou obscurecido pela falta de participação popular nas decisões que afetaram, inevitavelmente, a vida daquelas pessoas. Como se comprovou no texto e no relato dos envolvidos, não houve muita resistência pelas interferências e desarticulações empreitadas pelo poder público municipal. Algumas comunidades conseguiram retardar o processo, mas não evitá-lo.

Entre 1991 e 1997, a SEMEC de Patos de Minas teve que conviver com escolas já nucleadas/seriadas e com escolas isoladas/multisseriadas, destinando a cada um destes modelos organizacionais diretrizes diferentes, coordenadas por equipes diferentes. Ao tomar esta posição, a secretaria causou um cisma em seu próprio pessoal.

A nucleação das escolas rurais, que findou em 1998 no município de Patos de Minas, extinguindo as escolas isoladas, não foi capaz de garantir educação de qualidade para o povo rural, o que comprovou que o fato de se ter infraestrutura não resolveu, por si só, o problema da educação rural.

Apenas em 2008, com o avanço do fechamento das escolas no meio rural e da nucleação (que passou do deslocamento inicial de campo-campo para campo-cidade, agravando o distanciamento dos filhos dos trabalhadores rurais de seus lares, submetendo-os ao enfrentamento de distâncias ainda maiores) é que o Ministério da Educação, através da Câmara de Educação Básica, instituiu a Resolução nº 2 de 28 de abril de

2008, a qual “estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”. Complementares porque agrega normatização às Diretrizes Operacionais de 2002 em pontos que esta não discutiu: nucleação, transporte, deslocamento...

Esta resolução preconiza, dentre outros aspectos, que a nucleação poderá ocorrer, nos cinco anos iniciais do ensino fundamental, apenas no espaço intracampo, não sendo desejável o deslocamento para as áreas urbanas e a ideia de que os entes federados deverão estabelecer prazos máximos de permanência em transporte e tempo de deslocamento, observando valores mínimos. Outra garantia da Resolução supracitada é de que, quando houver nucleação, a comunidade seja ouvida e participe das decisões acerca do processo.

Somente em 2014, após grande mobilização e pressão de movimentos sociais populares organizados, é que foi aprovada a Lei 12.960, de 27 de março, que institui critérios para o fechamento das escolas situadas em áreas rurais:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

Percebe-se que há uma tentativa de frear o fechamento das escolas no campo. Entretanto, o que se vê no processo de implantação e consolidação da nucleação em Patos de Minas foi que os trabalhadores camponeses, desarticulados e enfraquecidos, foram expropriados de mais um bem. O acesso ao conhecimento universal, pilar da formação humana e servindo de base para o desenvolvimento de seus meios de vida, foi retirado das comunidades, e o que restou foi o conseqüente aumento do esvaziamento do campo.

Referências

ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (org.). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALENTEJANO, P. et al. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AZEVEDO, F. *Educação e seus problemas*. 3 ed. São Paulo: Melhoramento, 1953

BEZERRA NETO, L. *Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BRASIL, Lei 12.960, de 27 de março de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em 12/06/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, 2002.

DE DECCA, E. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLORES, M. M. L. *Escola Nucleada Rural: histórico e perspectivas*. Catalão-GO. (1988-2000). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. 2000.

FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.

JOUTARD, Ph. “Desafios à História Oral do século XX”, in: ALBERTI, V., FERNANDES, T.M., e FERREIRA, M. M. (org.). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LEITE, S. C. *Projeto Educação Familiar Rural: EDUFARURAL*. Patos de Minas, 2001.

PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Plano Municipal de Educação 1997-2000*. Patos de Minas, 1998.

PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Plano Municipal de Educação 1993-1996*. Patos de Minas, 1993.

SCHER, M. M. de O. *A e i o u: a educação na Rede Municipal de Patos de Minas 1993/1996*. Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 1996.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Artigo recebido em 19/06/2015; aprovado para publicação em 09/05/2016

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que objetivou investigar o processo de nucleação das escolas rurais no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, pela análise do contexto no qual este modelo foi implantado e consolidado no município de Patos de Minas-MG em apenas uma década (1989-1999). A escolha se justificou pelo fato de que a totalidade das escolas existentes nas áreas rurais ao final dos anos de 1980 (80 escolas), foi reduzida a 10% deste quantitativo (8 escolas nucleadas) em 1998. A pesquisa partiu da seguinte questão: como o processo de nucleação foi iniciado, desenvolvido e consolidado nas comunidades rurais? A análise focou o impacto da nucleação sobre os sujeitos envolvidos: administração municipal, professores, famílias e alunos. Metodologicamente, lançou-se mão dos pressupostos da História Oral (ALBERT, 1989; THOMPSON, 1992; JOUTARD, 2000) e da pesquisa documental. Pôde-se concluir que a nucleação ocorreu pelo fato de este modelo se tornar uma forma viável, do ponto de vista financeiro, e de minimizar os problemas estruturais pelos quais passavam as escolas do meio rural. A escola, como representante do poder público municipal, foi distanciada das diversas comunidades. Ações consideradas “inovadoras”, como a nucleação, foram implantadas através de estratégias conservadoras de gestão. O fechamento das instituições gerou a desmobilização destas comunidades e a ausência dos serviços básicos, até mesmo da manutenção das estradas de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Educação Rural; Políticas Públicas; Escolas nucleadas.

ABSTRACT: This paper presents the results of a research that aimed to investigate the nucleation process of rural schools in Brazil, more specifically in Minas Gerais, through the analysis of the context in which this model was implemented and consolidated in the city of Patos de Minas-MG, in only a decade (1989-1999). The choice was justified by the fact that the amount of the existing schools in rural areas at the end of the 1980s (80 schools) was reduced to 10% of this quantity (8 nucleated schools) in 1998. The research started with the following question: how was the nucleation process initiated, developed and consolidated in rural communities? The analysis focused on the impact of the nucleation on the subjects involved: municipal administration, teachers, families and students. Methodologically, we assumed the presuppositions of the Oral History (ALBERT, 1989; Thompson, 1992; Joutard, 2000) and of the documentary research. We concluded that the nucleation occurred because this model became a viable way from the financial point of view, and it minimized structural problems by which the schools in rural communities passed. The school, as a representative of the city government, was distanced to the various communities. Actions considered “innovative”, as the nucleation, were implemented through conservative management strategies. The closing of the institutions led to the demobilization of these communities and to the lack of basic services, even the maintenance of access roads.

KEYWORDS: History of Education; Rural Education; Public Policy; Nucleated Schools.